

COMEÇO, MEIO E COMEÇO: TURISMOS PARA COMUNIDADES E MEIO AMBIENTE

Andrea Rabinovici¹, Zysman Neiman²

RESUMO

Este artigo reflete sobre o papel do turismo na conservação do patrimônio natural e cultural e na construção de outras formas de ser e estar no mundo. Entre demandas de mercado e preocupações teóricas e práticas, o turismo se especializa. A degradação ambiental, o ambientalismo e o próprio mercado exigem a incorporação de questões socioambientais. Surge o ecoturismo, que busca impactos positivos, mas nem sempre contempla o aspecto social, provocando reações das comunidades. O Turismo de Base Comunitária (TBC) surge como alternativa de resistência, decolonial e contra-hegemônica, centrado no desenvolvimento social dos territórios. O texto discute os desafios do TBC para transformar realidades e promover o Bem Viver, sem pretender resolvê-los.

Palavras-chave: Turismos Contra-Hegemônicos. Turismo de Base Comunitária. Comunidades. Territórios. Bem Viver.

O COMEÇO E O MEIO

Nós somos o começo, o meio e o começo.
Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia (Mestre Antônio Bispo dos Santos).

Viajar para ter contato com a natureza e visitar pessoas de outras culturas, com outras cosmovisões e formas de ser e estar no mundo, pode ter efeitos transformadores.

O que começou como turismo ecológico foi, ao longo do tempo, recebendo diferentes nomes: turismo verde, ambiental, de e na natureza, sustentável, responsável e ecoturismo — termos frequentemente usados como

¹ Doutora em Ambiente e Sociedade. Docente na Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora da Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro da Unifesp. E-mail: arabinovici@unifesp.br.

² Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental com pesquisa em Educação Ambiental). Docente na Universidade Federal de São Paulo. Coordenador da Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro da Unifesp. E-mail: zneiman@unifesp.br.

sinônimos, embora com nuances próprias, formulados em diálogo com as terminologias do movimento ambientalista (que também evolui de ecológico para ambiental, sustentável e socioambiental).

Independentemente da nomenclatura, o fundamental são os princípios que norteiam essas práticas e seus compromissos com o meio ambiente e com as comunidades locais, buscando minimizar impactos negativos e gerar benefícios reais para os territórios envolvidos.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) e os movimentos socioambientais desempenham papel essencial nesse processo. Junto à academia, são responsáveis por criar, debater e difundir conceitos como biodiversidade, sociodiversidade, ecossistemas e patrimônio, que, com suas variações teóricas e práticas, expressam diferentes concepções de mundo e continuam alimentando debates fundamentais para a formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.

Esses paradigmas diversos que abordam as questões (socio)ambientais influenciam diretamente a tipologia das áreas protegidas, os formatos de Educação Ambiental, as prioridades das agendas socioambientais e outras iniciativas voltadas à conservação e preservação da natureza. As soluções para os problemas ambientais exigem abordagens complexas, inter e transdisciplinares, que articulem diferentes saberes, racionalidades e a atuação de múltiplos atores e epistemologias nos variados contextos.

A preocupação com o meio ambiente, visível desde a década de 1960, se institucionaliza e passa a integrar setores como comércio, serviços, indústria e turismo.

As conferências internacionais sobre meio ambiente, iniciadas em 1972, impulsionam políticas e discussões ambientais. A busca por práticas sustentáveis passa a exigir de todos os setores mais responsabilidade e cuidado com a natureza — e, mais adiante, com as comunidades que habitam esses territórios.

O agravamento dos problemas ambientais resulta no aumento de doenças já conhecidas e no surgimento de novas, associadas ao meio ambiente. Alergias, ansiedades e o “déficit de natureza” — descrito por Richard Louv em *A última criança na natureza* (Louv, 2016) — tornam-se mais comuns e desafiadores. Salvar a vida no planeta e “adiar o fim do mundo”, como propõe Ailton Krenak, passam a ser desafios cotidianos para todos nós.

A valorização do meio ambiente impulsiona novas modalidades turísticas, inclusive o controverso turismo do “ir antes que acabe”. Viagens à natureza e os tradicionais “mochilões” já ocorriam, mas o ecoturismo ganha força nos anos 1980 e se populariza no início da década de 1990, quando a temática ambiental se consolida na agenda pública.

O prefixo “eco” passa a qualificar produtos e serviços como ambientalmente corretos — carros, roupas, alimentos — e sinaliza ao público um compromisso com o meio ambiente. No entanto, muitas vezes, trata-se apenas de marketing verde (*greenwashing*), simulando uma responsabilidade ambiental que não existe. Posteriormente, o conceito de sustentabilidade surge com preocupações legítimas (ou não), servindo a agendas políticas e prioridades diversas, ao passo que se institucionaliza nos setores público e privado, nos processos de gestão, pesquisas, currículos escolares e acadêmicos.

Nesse processo, surgem agências e operadoras de ecoturismo, bem como os eco resorts, voltados a viagens em ambientes naturais, com atividades como trilhas, observação de aves e esportes de aventura. Normas para o ecoturismo são criadas, assim como os “mandamentos do ecoturista”.

O ecoturismo³ tem como motivações principais o contato com a natureza, com culturas tradicionais em áreas naturais protegidas, além de incluir atividades de educação e interpretação ambiental, ser organizado por agentes especializados e por parceiros locais, atuar com pequena escala e minimizar os impactos naturais e socioculturais dos locais visitados. Deve gerar alternativas econômicas para as comunidades anfitriãs (renda e trabalho, benefícios sociais e melhoria da qualidade de vida) e ampliar a conscientização de todos para a conservação dos patrimônios naturais e culturais.

Apesar de previstas as preocupações sociais e culturais no ecoturismo, elas dificilmente ocorriam nas atividades, sempre voltadas à natureza. Havia o entendimento de a guiagem, monitorias e atividades ficarem a cargo de biólogos e ecólogos.

A indissociabilidade entre seres humanos e natureza e entre as questões sociais e ambientais demorou a ser assimilada, aliás, até hoje não é para muitas pessoas. Esta junção, na década de 1990, cunha o termo socioambiental que passa a ser utilizado em muitos contextos, inclusive no tenso debate sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, que tentou conciliar os conservacionistas e preservacionistas, criando dois tipos de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral (sem pessoas) e as de Uso Sustentável, que podem ter moradores.

Era um conflito entre biólogos e ecólogos x cientistas sociais com seus paradigmas e visões de mundo. Cada qual tinha evidências para defender suas posições. Aqueles que defendiam parques sem pessoas, tinham os seres humanos como ameaça; já para os conservacionistas, eles são aliados e até responsáveis pelo que ainda há de sociobiodiversidade no planeta. No

3 Para facilitar a leitura, chamaremos de ecoturismo o conjunto de turismos mencionados.

Brasil, o professor Diegues será um dos principais responsáveis por defender esta visão. Seu livro mais emblemático *O mito moderno da natureza intocada* trata disso (Diegues, 2008). ONGs se somam a este debate acadêmico, para defender tanto a ótica preservacionista quanto a conservacionista. Estas divisões influenciam as diferentes concepções de Educação Ambiental e de sustentabilidade.

Enquanto este debate acontece, a questão socioambiental se populariza e o turismo em áreas naturais, idem. O ecoturismo conquistou seu público e, de alguma forma, influenciou outros segmentos a melhorarem suas práticas. Com demanda, “pacotes turísticos” de grandes agências de viagem passam a comercializar os mesmos destinos e produtos, adotando slogans do tipo “ecoturismo com conforto e civilização” e oferecendo opções mais acessíveis, para um turismo considerado elitista. É o capitalismo se apropriando, sem necessariamente seguir os princípios e práticas recomendadas do ecoturismo. A experiência passa a ser comercializada em uma ótica utilitária da natureza.

Como contraponto ao turismo de massa/convencional, no qual o próprio ecoturismo passou a se inserir, o turismo vai se reinventando. Novas modalidades vão se desenhando e, com o passar do tempo, há um leque de atividades que, além de alternativas, se apresentam como contra-hegemônicas e decoloniais.

Neiman (2022) apresenta uma visão crítica do ecoturismo no Brasil, destacando os impactos do turismo de massa e a resposta do ambientalismo via criação de Unidades de Conservação. Define o ecoturismo por um tripé: educação ambiental, benefício local e conservação. Critica sua aprovação comercial e propõe o Turismo de Base Comunitária como alternativa contra-hegemônica, valorizando a autogestão, a economia solidária e o protagonismo comunitário.

Será que os promotores do ecoturismo estavam, de fato, preocupados e atuantes com as questões sociais e culturais das comunidades visitadas? E os turistas? Claramente em grande parte das atividades não havia esta preocupação nem o cuidado, sendo comum haver total desvinculação da problemática social e cultural. E as atividades causavam mais impactos negativos do que positivos, tanto culturais, sociais e até ambientais.

A falta de preocupação com as comunidades locais causará incômodos e revoltas, especialmente de comunitários. A inserção comunitária passou a ser defendida e cobrada. As próprias ONGs, assumindo compromissos com a agenda socioambiental, passaram a trabalhar neste sentido, seja por princípio ou pelo fato de que agências financeiras as obrigavam a incorporar as comunidades nos projetos. Era tudo ou nada!

Estava dado o contexto para o Turismo de Base Comunitária, o TBC, para ser o braço mais social do turismo, sem deixar de englobar questões ambientais. No começo se falava em turismo solidário, responsável, sustentável, de base local, situado, comunitário e outros, até que o TBC se firmou como a terminologia mais utilizada, sendo:

[...] um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2019, p. 20).

No TBC, as comunidades locais assumem o protagonismo no planejamento, na gestão e na execução das atividades. Dentro ou fora de áreas protegidas, esse modelo valoriza a cultura local, promove a inclusão social e busca a sustentabilidade econômica.

O que muda? Mesmo com preocupações sociais e ambientais, os turismos alternativos buscam gerar renda, trabalho e inclusão social, mas de forma sustentável e mais compartilhada, inspirada na lógica do empreendedorismo social e da economia solidária. Em foco, a qualidade de vida, o Bem Viver e o resgate da vida em comunidade, das identidades coletivas contra as explorações históricas por agentes externos e pelo mercado. Seria isso uma prática contra-hegemônica e decolonial?

Alguns movimentos ajudam a amadurecer essa reflexão. Fóruns Sociais Mundiais, por exemplo, anunciaram que “um outro mundo é possível”, inspirando o pensamento de que “um outro turismo é possível”. O socioambientalismo, a agroecologia, a economia solidária, as propostas do Bem Viver e as críticas ao capitalismo e ao modelo hegemônico de desenvolvimento apontam para “uma outra humanidade”. Assim, movimentos insurgentes convergem para construir um mundo mais justo e mais sábio, onde todos os seres possam viver melhor.

Novas e velhas utopias influenciam o turismo, provocando experiências e vivências que abrem espaço para “novos começos e meios”. Iniciativas para “hackear” o turismo e transformar suas dinâmicas ganham força, como o *slow tourism* (turismo lento), que propõe viajar com outro ritmo, priorizando experiências e conexões, o turismo de resistência, da quebrada, o afroturismo, entre outros.

Apesar das utopias e esperanças, as comunidades seguem buscando formas de sobrevivência dentro da lógica da sustentabilidade — por convicção ou por viverem em áreas protegidas que restringem suas opções. Ao mesmo tempo, enfrentam pressões do mercado e de turistas em busca de experiências exclusivas e “exóticas”, que supostamente poderiam

solucionar seus problemas. Um cenário complexo de interesses e expectativas se instala, exigindo respostas criativas e resistentes.

Paralelamente, os povos das florestas — indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros — conquistam visibilidade e algumas garantias legais com a Constituição de 1988, como o direito à posse “definitiva” de suas terras, ainda que permaneçam ameaçados por grileiros, retrocessos e exploração ilegal.

O TBC em comunidades indígenas, também conhecido como etnoturismo, será impulsionado pela Funai, via Instrução Normativa em 2015⁴, que regulou normas e regras de visitação às aldeias mediante a aprovação de um plano de visitação. São experiências muito recentes, polêmicas, mas que já são objeto de campanhas de turismo do próprio governo federal, como o projeto Experiências do Brasil Original⁵.

Como sempre, a geração de renda a partir destas atividades tanto anima comunidades locais em busca de alternativas, quanto atrai empresas convencionais de turismo em busca de novos produtos e atrativos. O mercado global, as redes sociais e toda a conectividade, divulgam as experiências que passam a ser procuradas, contudo há limite de patrimônios naturais e culturais a serem oferecidos como atrativos. Mas a voracidade, a demanda e a ganância levam à criação de outros, como se fossem infinitos.

Por isso, Ernest Canâda (2024) afirma que o turismo comunitário se encontra em contexto de disputas. De um capitalismo fordista a pós-fordista, a forma de organizar o turismo mudou, especialmente a partir dos anos de 1990, em busca de diferenciações, e entre os “fragmentos” estão as modalidades e segmentos do turismo. Ele explica:

... busca-se uma diferenciação do outro. Nesse contexto, tudo se transforma em atração turística, desde paisagens e lugares ameaçados pelas mudanças climáticas, ou mesmo lugares de pobreza. E aí, o turismo comunitário encontra-se em disputa. Porque, por um lado, o objetivo de comunidades marginalizadas e empobrecidas é ter o controle da atividade turística, mas, ao mesmo tempo, o que elas estão oferecendo passa a ser objeto de interesse de quem está de fora (*ibid.* p. 18).

Neste sentido, tanto o mercado quanto comunidades estão fragmentando a atividade. As comunidades, no entanto, podem fazê-lo cuidadosamente, em rede, de forma a compartilhar os desafios e as conquistas. Paralelamente aprendem a lidar com o público consumidor e com o mercado

⁴ <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>

⁵ <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obra-e-atividades/experiencias-do-brasil-original>

turístico, seja para resistir, seja para dele se aproveitar, “hackeando” o turismo a seu favor. Seja qual for a aposta, o risco de ser absorvido pelo mercado está dado. É muito difícil escapar do “sistema”, sendo mais provável que as alternativas se tornem nichos de mercado para turistas exigentes.

Para se contrapor a isso, é fundamental que a comunidade esteja organizada e articulada e possa propor programas de turismo próprios, via grupos articulados politicamente, coletivos e Organizações Sociais. Isso já acontecia em áreas rurais, e, mais recentemente, o TBC passou a existir em contextos urbanos, conforme mostra o projeto Itinerários de Resistência⁶ do Sesc SP. O TBC que veio para as cidades já e consequência desse movimento de resistência.

As motivações das comunidades são diversas e elas se apropriam do turismo utilizando-o como ferramenta ou tecnologia social em busca de alternativas. Ernest Canâda (2024) lista algumas motivações do TBC em comunidades nas periferias e quebradas das grandes cidades, que, a seu modo, apostam no TBC como forma de luta e resistência. Muito além da geração de renda e trabalho, tais propostas de TBC querem formar uma rede de proteção às diversas ameaças percebidas, e para isso a visibilidade, parcerias e alianças com pessoas e instituições de fora da comunidade são caminhos. A luta contra os estigmas pelos quais são conhecidos também é desafio do TBC.

Todos querem melhoria na qualidade de vida, se manter à frente dos negócios existentes ou novos. Há a preocupação em não gentrificar seus espaços, de não serem explorados e de poderem seguir vivendo nos seus territórios, sem que aumente o custo de vida em função do turismo. Nas quebradas, comunidades indígenas e outros, a preocupação é a mesma. Um efeito colateral observado é que a presença de turistas inibe a violência, o garimpo, a pesca e o corte de madeira ilegais, a invasão de terras, entre outros, o que pode resultar em maior proteção ambiental. Além disso, a presença de turistas constrange gestores públicos a atenderem demandas locais por infraestrutura.

Outras atividades comuns também resultam da conservação socioambiental, como a produção de artesanato, biojóias e alimentos para comercializar, a partir de elementos naturais dos seus territórios. Os processos para coletar e extrair materiais da natureza costuma ser sustentável, a partir de saberes aprendidos e passados através das gerações.

⁶ Itinerários de Resistência: desvendando o turismo de base comunitária em SP. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/itinerarios-de-resistencia-desvendando-o-turismo-de-base-comunitaria-em-sp/>.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) valoriza o protagonismo de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais na condução de atividades turísticas ligadas a seus modos de vida e territórios. Alinha-se ao conceito de sociobiodiversidade, entendido como a integração entre biodiversidade e diversidade sociocultural, conforme o Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade (PNPSB). Ambos compartilham princípios como a valorização de práticas locais, uso sustentável dos recursos e fortalecimento da autonomia comunitária. O TBC também se articula às políticas nacionais de bioeconomia, como o programa BioRegio e a Estratégia Nacional de Bioeconomia, ao promover cadeias de valor sustentáveis e inclusivas, com base em saberes tradicionais e inovação social, consolidando-se como vetor legítimo da bioeconomia orientada pela justiça social e conservação ambiental.

Mas como manter a coerência de princípios e práticas do TBC em meio a tudo o que foi apresentado? Quando bem-sucedido o TBC, qual é o limite entre o comunitarismo e a empresarização⁷ de tudo? Qual é a escala de uso da natureza, do trabalho e do lucro que permite que seus princípios se mantenham em uso?

A ideia de *small is beautiful* trazida por Ernst Friedrich Schumacher na década de 1970 em reação à aceleração econômica e à ideia de crescimento ilimitado do mercado, reaparece com nova roupagem para tratar dos limites necessários para o uso dos recursos naturais finitos. Assim como há limites como a capacidade de carga para trilhas, se questiona qual seria a capacidade de carga para a visitação às comunidades sem que elas percam o controle e protagonismo. E como lidar com a sedução — ou o assédio — da lógica capitalista, mesmo que “sustentável”? A maioria da humanidade consome bens de todos os tipos, incluindo artes, paisagens etc., e culturalmente se modifica constantemente com novas ideias, tendências e com modismos. Por que seria diferente para outras comunidades e suas culturas? O sucesso do TBC pode ser medido através do aumento da renda de alguns? Pelos mesmos indicadores de sucesso do turismo convencional, tipo taxa de ocupação dos meios de hospedagem? O sucesso pode ser o fracasso, pode gerar desigualdades e novos conflitos, incluindo a descaracterização das comunidades e locais.

Em um mundo conectado em redes, a vontade de se mover não é somente a dos viajantes. Como pensar isso em comunidades fixas, com pessoas que nunca saíram — fisicamente — de seu território? O risco é grande,

⁷ Para uma reflexão sobre o tema, ver Rabinovici, 2024.

mesmo quando as comunidades estão lutando e resistindo, querendo ser decoloniais e contra-hegemônicas, com a autonomia e o empoderamento que atividades alternativas, como o TBC, podem trazer.

AS TRAJETÓRIAS QUE MOVEM

Experiências inovadoras ampliam os conceitos, princípios e práticas destes turismos alternativos que se especializam conforme os territórios e as comunidades. Por isso, por mais que não se sigam à risca todos os princípios do TBC, nem sempre é possível ou desejável prender-se a eles. Afinal, perde o sentido o TBC estar nas mãos de agentes externos? E se forem parceiros da comunidade de longa data e ela assim o desejar? Quem dita as normas? Pelas premissas, é necessário que a comunidade se organize, se aproprie, defina as regras e a forma como quer ser visitada, incluindo decisões sobre o perfil e a quantidade de turistas, o calendário e os valores a receber, a distribuição de trabalho e renda, a transparência no uso dos recursos etc. Sendo assim, podem também inovar e tirar ou acrescentar premissas para a atividade, de forma que sejam adequados à sua realidade. Se é da comunidade, que sejam dela as decisões.

Há experiências de TBC que são sustentáveis e solidárias, com reconhecimento de suas culturas, sentimento de pertencimento e fixação de jovens, com compartilhamento de experiências entre turistas e anfitriões. Que cuidam do meio ambiente sem resvalar em um ambientalismo cosmético e para a venda. Que apostam em diálogos e vivências afetivas, confluências e na transformação das pessoas. Por outro lado, há os simulacros, com as “autenticidades” sendo encenadas em espetáculos para turistas. Podem ocorrer processos de transformação e homogeneização de espaços, conhecidos como gentrificação, e sua faceta turística, que é a turistificação, na qual todo o território se volta para o turismo.

Cada comunidade é de um jeito, e o entendimento do que é turismo varia, assim com variam os conceitos e práticas de participação, de comunidade, de economia etc., e essa é a riqueza e o desafio do TBC: a emancipação, com autonomia e liberdade, sem aprisionar ou impor nada às comunidades, somente dialogar, desenvolver projetos colaborativos, praticar novas formas de turismo e quiçá, outras formas de viver.

Estas qualidades deveriam influenciar os demais segmentos do turismo e, quiçá, do mercado como um todo. Será que isso é possível? Cañada (2024) acredita que “podemos pensar e organizar o turismo em função das necessidades da maioria da população, com objetivos de emancipação social”. E a população, o que está pensando?

Seja lá qual for o formato, o turismo impacta os territórios, seus patrimônios culturais e naturais, materiais e imateriais. Os territórios onde ocorre o TBC, em boa parte são áreas legalmente protegidas (Terras Indígenas e áreas de proteção ambiental), e as populações que residem neles têm seus direitos garantidos por lei. Apesar de existirem tais direitos, mesmo os mais básicos, ainda estão sempre em disputa, vide a questão do marco temporal. Há pressões políticas, comerciais e ameaças ambientais, como as mudanças climáticas. Por isso o TBC é tão importante para todos. Nele seres humanos podem se unir, entre si e com a natureza, para tentar dar novos sentidos e rumos em direção ao Bem Viver, à sustentabilidade socioambiental.

O QUE ESPERAR DOS TURISMOS PARA O MEIO AMBIENTE?

Não há nada melhor do que imaginar outros mundos para esquecer o quanto é doloroso este em que vivemos. Pelo menos eu pensava assim naquele momento. Ainda não compreendera que imaginando outros mundos, acabamos por mudar também este nosso (Umberto Eco).

Consta do livro de Alberto Acosta *O Bem Viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos, nos leva a pensar que, além da imaginação, o contato real com outros formas se ser e estar no mundo deve acontecer, seja via literatura, artes, redes sociais e viagens. Nos encontros promovidos pelo turismo, as pessoas podem vivenciar formas de vida diferentes, que podem inspirar a transformação de seus territórios.

Acosta (2012), propõe uma ruptura com o capitalismo e seus paradigmas desenvolvimentistas, a fim de permitir o “Bem Viver”, um modelo de vida que reata a união entre os seres humanos e deles com a natureza, valorizando a ancestralidade, afinal, como afirma Ailton Krenak, “o futuro é ancestral”. Para isso é preciso superar os “neos” liberalismo, colonialismo e extrativismo, com experiências democráticas, diversas, pós-desenvolvimentistas e não hegemônicas e, com elas, nos inspirar.

Segundo Neiman e Patrício (2010, p. 86), “a visitação é uma forma de aproximar a sociedade e áreas protegidas e despertar o seu interesse para a conservação das mesmas, exercendo efeito direto na adoção de diferentes condutas e políticas favoráveis à proteção do meio ambiente...”. Os autores entendem que “O turismo, aliado à Educação Ambiental, é, portanto, ferramenta indispensável em qualquer estratégia, pública ou privada, de busca da sustentabilidade” (*ibid.*, p. 102).

Para Rabinovici e Irving (2015, p. 152) “o processo de conservação da biodiversidade poderia ser fortalecido pelo sentido de pertencimento à natureza (resultante da percepção crítica sobre o problema em foco) e pela compreensão do seu significado no próprio cotidiano dos grupos envolvidos”. Este contato com a natureza, o turismo pode proporcionar e, se bem-feito, tem a capacidade de revolucionar a forma como lidamos com o meio ambiente, valorizando-o.

O ecoturismo tem como premissa valorizar, cuidar e proteger o meio ambiente e as sociedades, mas a realidade é que, na maioria das vezes não promove o contato com o território, privilegiando e promovendo o consumo de objetos e de paisagens, gerando novos conflitos e disputas.

Com objetivos e propostas na contramão do mercado, o TBC e suas variações podem vir a ser uma oportunidade de encontros, descobertas, vivências, confluências, trocas e de afeto. Não serão as experiências de consumo apressadas que resultarão em transformações. O turismo combinado com a utopia do Bem Viver vai contra este caminho.

Estes outros turismos já existem, estão onde menos imaginamos, sendo realizados por jovens periféricos, comunidade das favelas, indígenas, quilombolas entre outros que se colocam no papel de resistência e de transformação. Novos atores pensando e promovendo o turismo têm a possibilidade de subverter os destinos, os turistas e os visitados. Seria isso hackear o turismo?

Os aprendizados são múltiplos e infinitos e as consequências vão muito além da geração de renda, com aprendizados valiosos obtidos por meio de conversas, deslocamentos físicos e imaginários. Caminhos éticos no turismo são possíveis e com potencial para contribuir com a descolonização das mentes, das pessoas e dos territórios e com os cuidados para a conservação dos patrimônios naturais e culturais.

Tais experiências invertem conceitos, rediscutem os atrativos, questionam o que é centro e o que é periferia, construindo roteiros comprometidos com a garantia da cidadania, do direito à cidade, mas também o direito à floresta e ao campo.

A incorporação dos preceitos da sustentabilidade no turismo já ocorre desde a década de 1990 e se faz necessário ampliar as perspectivas para que se concretize diante dos enormes impactos que o próprio turismo de massa acarreta, causando a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas.

As viagens em outras lógicas podem ser uma real oportunidade de mudanças. Podem ajudar a superar a distância entre seres humanos e natureza e entre os próprios seres humanos e deles com a vida espiritual, que está no cerne da existência de muitas comunidades, especialmente na

vida dos povos originários. Trocas afetivas, compartilhamentos de saberes e fazeres podem subverter as trocas puramente mercadológicas. Não é fácil, mas é possível.

E estamos nós, novamente, no começo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2012.
- CAÑADA, E. “Recalcular a rota para o turismo ético e responsável”. Entrevista a Maria Julia Lledó. *Revista E*, Sesc SP, out. 2024. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/recalcular-a-rota-para-o-turismo-etico-e-responsavel/>
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 6a. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB-USP, 2008.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências. Brasília: ICMBio, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/turismo_de_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf
- LOUV, R. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana, 2016.
- NEIMAN, Z.; PATRÍCIO, R. F. “Ecoturismo e conservação dos recursos naturais”. NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (org.) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri: Manole, 2010. pp. 84-104.
- _____. “Ecoturismo e seus desdobramentos: reflexões sobre sustentabilidade e resistência”. *Revista Ecoturismo & Conservação*, v. 2, n. 1, pp. 42-55, 2022.
- RABINOVICI, A. “Inovação social e empresarização do turismo: as experiências da Fundação Casa Grande no Cariri cearense, Brasil”. *Caderno virtual de turismo*, v. 24, n. 1, 2024, p. 149-168. <https://doi.org/10.18472/cvt.24n1.2024.dossieTBC.2141>.
- _____; IRVING, M. de A. “Participação social e turismo: uma perspectiva crítica sobre os projetos desenvolvidos por ONGs em áreas protegidas”. In IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (org.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital / Letra e Imagem, 2015. pp. 143-175.